

HABEAS CORPUS Nº 530.933 - MG (2019/0261928-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : PAULO HENRIQUE NEVES PIMENTA
ADVOGADO : PAULO HENRIQUE NEVES PIMENTA - MG111238
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUCAS ANTONIO PINTO DE VASCONCELOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS E REQUISITOS. RAZOÁVEL QUANTIDADE, NATUREZA E DIVERSIDADE DOS ENTORPECENTES APREENDIDOS. ATOS INFRACIONAIS PRETÉRITOS. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO INCABÍVEL NA ESPÉCIE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA, NO CASO. ORDEM DE *HABEAS CORPUS* DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de LUCAS ANTONIO PINTO DE VASCONCELOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no julgamento do HC n.º 1.0000.19.056106-8/000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 22/05/2019, com posterior conversão em custódia preventiva (fls. 54-56), pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, c.c. o art. 40, inciso III, todos da Lei n.º 11.343/2006, pois foi surpreendido, junto com outro agente, com "**145,6g (3,6g + 142g) de cocaína e 113,6g de crack**" (fl. 55), além de petrechos para a preparação e venda dos entorpecentes.

Contra a prisão, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 39-45).

No presente *writ*, o Impetrante alega, em síntese, a falta de fundamentação idônea do decreto prisional, pois foi proferido de forma genérica e lastreado na gravidade abstrata do delito, além de não ter demonstrado os requisitos dispostos no art. 312 do

Código de Processo Penal para a decretação da segregação preventiva.

Destaca que o Acusado é primário, possui bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, apresentando, assim, as condições pessoais favoráveis para a obtenção da liberdade provisória (fl. 18).

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do Paciente, com a aplicação, se for o caso, das medidas cautelares alternativas (fl. 37).

A liminar foi indeferida, conforme decisão de fls. 62-65.

As informações foram prestadas às fls. 70-124 e 130-146.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus* (fls. 148-153).

É o relatório. Decido.

A ordem não merece ser concedida.

Inicialmente, cumpre informar que, em consulta ao sítio eletrônico mantido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, verifiquei que foi prolatada sentença em desfavor do Paciente, em 27/11/2019, o qual foi condenado como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, à pena de 5 (cinco) anos de reclusão, em regime inicial fechado, tendo-lhe sido negado o direito de apelar em liberdade, pelos seguintes fundamentos:

"Preso em flagrante, permanecendo preso durante a instrução criminal e, ao final, condenado pela prática de crime equiparado aos hediondos, deverá o réu permanecer no local em que se encontra. Além disso, creio que ainda estão presentes os motivos que ensejaram a manutenção da medida até esta fase processual.

Analisando o caso concreto, ainda que seja primário, o réu foi condenado pelo tráfico de 261 pedras de crack, droga que tem alto poder lesivo aos usuários e de venda barata e rápida, sendo inclusive valorada negativamente a sua culpabilidade.

Assim, em liberdade, certamente encontraria os mesmos estímulos para continuar delinquindo, além de retornar para o meio pernicioso que a levou para a criminalidade."

No caso, observo que o Juízo sentenciante manteve a segregação cautelar do Acusado, **sem agregar fundamentos novos**, de modo que não há óbice à análise de mérito da prisão preventiva, considerando que, no ponto, não houve inovação no édito condenatório.

De outra parte, como se sabe, a decretação ou a manutenção da prisão

preventiva depende da configuração objetiva de um ou mais dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Para isso, o Julgador deve consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o indiciado ou acusado, solto, colocará em risco a ordem pública ou econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Na hipótese em apreço, o decreto preventivo consignou o que se segue (fls. 54-55; sem grifos no original):

"No caso em tela, não obstante a primariedade do autuado, verifica-se que ele possui em sua CAI apontamentos infracionais análogos ao delito de receptação, porte de drogas para uso pessoal, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e comércio ilegal de arma de fogo. [...] Ademais, tem-se que as circunstâncias do crime são graves, constando do APFD que após receber informações, policiais realizaram campana para monitoração em um imóvel que estaria sendo utilizado para preparo e armazenamento de drogas. Desta feita, ao perceber movimentação suspeita no imóvel, policiais realizaram incursão no local, ocasião em que dois indivíduos que estavam no interior do imóvel tentaram evadir, mas foram detidos e identificados como autuado Lucas e coautuado Rangel. Durante as buscas no local, os policiais localizaram invólucros plásticos para dolagem de entorpecentes, cinco papéletes de cocaína e mais uma quantidade considerável desta droga, substância esfarelada semelhante a crack, uma balança de precisão, uma faca com resquícios de crack, um liquidificador com resquícios de cocaína, plástico filme para dolagem de entorpecentes, duas tarjetas com a inscrição 'SA - Porto Seguro' e, na casa do autuado Lucas, foram localizados ainda 261 porções de crack, o que sedimenta o fumus commissi delicti. Os entorpecentes arrecadados totalizaram 145,6g (3,6g + 142g) de cocaína e 113,6g de crack, quantidade, natureza e diversidade de substâncias que revelam a gravidade concreta do delito. O periculum libertatis do caso em tela decorre da reiteração de condutas antijurídicas do autuado iniciadas na adolescência. Destarte, inadequada e insuficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão preventiva, que se faz necessária para a garantia da ordem pública."

Como se percebe, a instância ordinária fundamentou adequadamente a necessidade da prisão preventiva para a garantia da ordem pública, mormente porque destacou a razoável quantidade, natureza e diversidade das drogas apreendidas – **145,6 g de cocaína e 113,6 g de crack** – bem como ressaltou o fato de o Paciente possuir diversos registros junto ao Juízo da Infância e Juventude pela prática de atos infracionais pretéritos – **atos infracionais análogos aos delitos de receptação, porte de droga para uso pessoal, porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e comércio ilegal de**

arma de fogo –, a indicar o risco concreto de reiteração delitiva.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NATUREZA E QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA.

[...]

3. *No caso dos autos, verifico que a prisão preventiva foi adequadamente motivada, tendo sido demonstrada, com base em elementos concretos, a gravidade concreta da conduta e a maior periculosidade do paciente, evidenciadas pela natureza e quantidade de drogas apreendidas - 53,24g de cocaína - bem como pelas circunstâncias do delito, ante à forma de acondicionamento das drogas - divididas em 98 porções individuais, prontas para revenda - e à apreensão de objetos comumente utilizados no preparo e disseminação de entorpecentes. Tais elementos, somados ao fato de o paciente possuir anotações por atos infracionais anteriores, inclusive por conduta equiparada ao narcotráfico, demonstram risco ao meio social e recomendam a manutenção custódia cautelar para garantia da ordem pública.*

4. *Conforme orientação jurisprudencial desta Corte, a prática de atos infracionais constitui elemento capaz de demonstrar o risco concreto de reiteração delituosa, constituindo fundamento idôneo à decretação da prisão preventiva para garantia da ordem pública.*

5. *É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições favoráveis do recorrente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.*

6. *Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública.*

7. *Habeas corpus não conhecido.*" (HC 550.857/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 02/03/2020; sem grifos no original.)

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO FIM. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. FUNDAMENTOS IDÔNEOS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDADO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

[...]

2. *No caso, a manutenção da constrição cautelar está baseada em elementos vinculados à realidade, pois as instâncias ordinárias fazem referência às circunstâncias fáticas justificadoras, destacando, além da quantidade, diversidade e natureza das drogas encontradas - 290 g de maconha, 37,8 g de cocaína e 3,1 g de crack -, o real risco de reiteração delitiva, tendo sido noticiado, no decisum recorrido, que apesar de primário, o acusado possui em sua CAI apontamento infracional análogo ao delito de tráfico de drogas. Tudo a revelar legitimidade à manutenção da medida extrema.*

3. *Eventuais condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, garantir a revogação da prisão preventiva.*

4. *Concretamente demonstrada pelas instâncias ordinárias a necessidade da custódia, não se afigura suficiente a fixação de medidas cautelares alternativas.*

5. *Recurso em habeas corpus improvido.*" (RHC 118.141/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/11/2019, DJe 26/11/2019; sem grifos no original.)

Nesse contexto, consideradas as circunstâncias do fato e a gravidade da conduta, não se mostra suficiente, no caso, a aplicação de medidas cautelares diversas, nos termos do art. 282, inciso II, do Código de Processo Penal. Sobre a questão:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO, ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.

1. *A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.*

2. *São idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do acusado, por evidenciarem o risco concreto de reiteração delitiva, diante dos indícios de que ele integra associação criminosa – bem estruturada, formada por diversos indivíduos e em pleno funcionamento –, com características típicas de organização criminosa, em que os integrantes estariam envolvidos com o recebimento, armazenamento e transporte de consideráveis e excessivas quantidades de drogas.*

3. *Por idênticas razões, a adoção de medidas alternativas não é*

adequada na hipótese, diante da gravidade das condutas em tese perpetradas (art. 282, II, do Código de Processo Penal).

4. *Ordem denegada.*" (HC 547.539/AC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 12/02/2020; sem grifos no original.)

Registro, outrossim, que a existência de condições pessoais favoráveis – tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa – não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela.

A propósito:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. INVIABILIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. FUNDAMENTAÇÃO. INDICAÇÃO DE ELEMENTOS CONCRETOS. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. AUSÊNCIA DE MANIFESTA ILEGALIDADE. PARECER ACOLHIDO.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

[...]

4. Eventuais condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si só, garantir a revogação da prisão preventiva.

5. *Ordem denegada.*" (HC 555.372/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 10/03/2020, DJe 16/03/2020; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora